

The background of the page is a paper-cut style illustration. In the foreground, a large white paper-cut figure of a man in a suit is shaking hands with a smaller white paper-cut figure of a woman. Behind them, a town is built on a green hillside. The town includes several red brick houses with blue roofs and green doors, a larger red brick building with a bell tower, and several tall, white, modern-style buildings. Green trees are scattered throughout the scene. The overall aesthetic is clean and modern, using a limited color palette of white, red, blue, and green.

POLICIAMIENTO ÉTICO E EFICAZ



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 15 / NÚMERO 10

Publicada em abril 2011

Programas de Informações Internacionais:

Coordenadora	Dawn L. McCall
Editora executiva	Catherine J. Jarvis
Diretor de Publicações	Michael Jay Friedman

Diretora editorial	Mary T. Chunko
Editora-gerente	Anita N. Green
Gerente de Produção	Janine Perry
Designer	Sylvia Scott

Editora de fotografia	Ann Monroe Jacobs
Projeto da capa	Min C. Yao
Revisora do português	Marflia Araújo

Ilustração da capa: Sally Vitsky

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica as revistas eletrônicas eJournal USA. Cada edição analisa uma grande questão enfrentada pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional e informa os leitores internacionais sobre a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

Cada eJournal é publicada em inglês, seguida pelas versões eletrônicas em espanhol, francês, português e russo. Algumas edições também são traduzidas para o árabe, o chinês e o persa. Cada revista é catalogada por volume e por número.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBJ
U.S. Department of State
2200 C Street, NW
Washington, DC 20522-0501
USA
E-mail: eJournalUSA@state.gov

Sobre Esta Edição

Como responsável pela aplicação da lei, a polícia tem papel crucial na defesa da democracia. Em sociedades democráticas, os cidadãos delegam autoridade cada vez maior à polícia para viverem em uma comunidade segura. Eles conferem poder à polícia para deter, fazer buscas, prender cidadãos e usar a força física dentro da lei quando a situação assim exigir. Em troca, os departamentos de polícia precisam garantir que os policiais sigam altos padrões éticos. Quando não o fazem, a confiança recíproca entre os cidadãos e a polícia é abalada, minando o contrato social tácito que é a base da democracia.

Esta edição de *eJournal USA* examina as maneiras pelas quais os cidadãos e a polícia se esforçam para manter o contrato social.

Nestas páginas, Joseph McNamara descreve como suas primeiras experiências como policial novato no bairro do Harlem, na cidade de Nova York, serviram de base para seu cargo de chefe de polícia, quando trabalhou para criar relações de confiança com comunidades de minorias na Cidade de Kansas, no Missouri, e em San José, na Califórnia. Ele observa que “aprender sobre as culturas das comunidades às quais a polícia serve não é suficiente. Os departamentos de polícia também têm culturas que precisam ser entendidas — e às vezes mudadas”.

Em muitos casos, a resistência à mudança frustra os esforços de reforma da polícia. Um problema, argumenta o professor Eugene O’Donnell, é que a maioria dos departamentos de polícia funciona seguindo o modelo militar, ao passo que os policiais precisam adotar padrões éticos fundamentados nos direitos e na dignidade humana de todos os cidadãos. “Diversos departamentos de polícia tentam impor padrões éticos e policiamento eficaz por meio de políticas, proibições e punições”, diz O’Donnell, argumentando que essa abordagem é falha. Em ensaio relacionado, o sociólogo James Q. Wilson concorda com O’Donnell e indica uma grande deficiência dessa abordagem:

como os policiais patrulheiros interagem com a população sem supervisão direta, “deve-se acreditar que eles se comportam de forma ética por si próprios”.

Historicamente, reformas na polícia têm-se concentrado em incidentes individuais, negligenciando problemas organizacionais subjacentes. O chefe de polícia Charles Campisi, responsável pelo Bureau de Assuntos Internos do Departamento de Polícia de Nova York, discute como o departamento introduziu mecanismos administrativos para mudar o modo de se autopoliciar. E o criminologista Samuel Walker e a jornalista Andrea Lorenz recontam como o espancamento de Rodney King, em 1991, levou a Delegacia de Polícia de Los Angeles a ser pioneira na criação do que muitos especialistas chamaram de “a forma mais

eficaz existente de fiscalização da polícia por cidadãos”.

Os esforços dos EUA para promover o policiamento eficaz e ético têm paralelo em outros países. Em Mixco, bairro pobre da Cidade da Guatemala, a polícia está ganhando a confiança da comunidade e reduzindo a criminalidade. Desde que o programa Distrito-Modelo foi criado em 2009, o índice de homicídios diminuiu 11% e os

crimes, de modo geral, caíram 23%. Um elemento central do sucesso do programa é o recrutamento e treinamento de policiais. O treinamento de agentes da lei também é o foco da Academia Internacional de Aplicação da Lei em Gaborone, Botsuana. A Academia Internacional de Aplicação da Lei (ILEA) em Gaborone oferece cursos sobre contraterrorismo, investigações criminais, acompanhamento de casos, tratamento de provas e outros aspectos da aplicação da lei a policiais de 29 países africanos.

Nos Estados Unidos e em outros países, o sucesso do policiamento comunitário reflete a relação recíproca entre a polícia e os cidadãos cuja segurança ela protege. Todos os ensaios desta edição exploram uma faceta diferente dessa relação. ■



Policiais de origem asiática e latino-americana patrulham de bicicleta o desfile do Ano Novo chinês em Los Angeles, Califórnia



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / VOLUME 15 / NÚMERO 10
<http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>

Policiamento Ético e Eficaz

DESAFIOS E QUESTÕES

3 **Policiamento de Comunidades Diversificadas**

JOSEPH D. MCNAMARA

A polícia precisa entender as culturas das comunidades que atende e trabalhar com elas.

7 **Ética Policial**

JAMES Q. WILSON

Não há respostas fáceis no que diz respeito à questão de assegurar a integridade policial.

9 **Como Promover o Policiamento Ético e Humano**

EUGENE O'DONNELL

Respeitar os direitos humanos é fundamental para o policiamento ético e humano.

13 **Combate à Corrupção Policial: Entrevista com Charles Campisi**

O Departamento de Polícia de Nova York foi pioneiro em introduzir técnicas inovadoras e proativas para acabar com a má conduta e a corrupção policial, diz o chefe da Corregedoria do NYPD.

TREINAMENTO E COORDENAÇÃO INTERNACIONAL DA POLÍCIA

15 **Modelo para Redução do Crime em Mixco, Guatemala**

DINA FERNANDEZ GARCIA

A polícia na Guatemala conseguiu reduzir a criminalidade e fortalecer a comunidade com o Programa Distrito-Modelo.

18 **Academia Internacional de Aplicação da Lei (ILEA) em Gaborone**

EPHRAIM THUSO KEORENG

O Programa de Desenvolvimento Executivo de Aplicação da Lei da ILEA combina aulas teóricas com treinamento em campo.

20 **Academia Internacional de Aplicação da Lei na Tailândia**

VARIN SACHDEV

O chefe da Polícia Metropolitana de Bangcoc fala sobre a experiência do treinamento da ILEA.

22 **Policiando a Polícia: Cidadãos Estimulam o Policiamento Ético**

SAMUEL WALKER E ANDREA LORENZ

Comissões de supervisão formadas por cidadãos podem promover um policiamento melhor.

24 **Recursos Adicionais**

Policiamento de Comunidades Diversificadas

Joseph D. McNamara



© AP Images

O Departamento de Polícia de Nova York emprega intérpretes de língua de sinais para se comunicar com cidadãos surdos

Joseph D. McNamara trabalhou 35 anos na polícia, tendo passado de policial de rua do Departamento de Polícia de Nova York a diretor de Análise de Crimes dessa cidade. Foi chefe de polícia na Cidade de Kansas, no Missouri, durante três anos, e em San José, na Califórnia, durante 15 anos. Tem doutorado em Ciências Policiais pela Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard. Autor de cinco livros, trabalha atualmente como pesquisador do Instituto Hoover na Universidade de Stanford.

No treinamento da Academia de Polícia da Cidade de Nova York foi dada ênfase ao tratamento igualitário de todas as pessoas e a evitar condutas discriminatórias. No entanto, aos 21 anos, como policial novato do bairro do Harlem em Nova York, sofri um choque cultural diante da pobreza, do crime e da violência, além de segregação não oficial que me cercava, coisas não mencionadas durante nosso treinamento.

Um dia, uma afro-americana bem vestida de 30 anos, sangrando devido a um ferimento na cabeça, correu até onde eu estava durante a minha ronda. “Policial”, disse ela, “sei que está muito ocupado, mas acabei de ser roubada!” Na verdade,

eu não estava nem um pouco ocupado, mas simplesmente parado em uma esquina.

O criminoso havia escapado, e várias testemunhas, embora solidárias com a vítima, se recusaram a dar informações que poderiam levar à captura do ladrão armado.

Que imagem teria da polícia essa mulher inocente, cruelmente atacada, para se desculpar ao relatar um crime brutal? Que opinião sobre a polícia teriam as testemunhas, a ponto de deixarem de alertar um policial das redondezas que poderia ter evitado o crime? Durante o resto da minha carreira de 35 anos na polícia, nunca esqueci esse incidente.

A lição que tirei desse incidente foi que os departamentos de polícia, para evitar crimes, precisam entender e trabalhar com as culturas das comunidades às quais servem. De alguma forma, apesar do ótimo treinamento e de muitos bons policiais, o Departamento de Polícia da Cidade de Nova York (NYPD) não tinha convencido pessoas vítimas de violência e respeitadoras da lei de que a polícia realmente queria impedir que sofressem danos e de que uma parceria entre a comunidade e a polícia era o melhor modo de protegê-las, bem como às suas famílias e propriedades. Durante os anos 1960 e 1970, as normas do NYPD realmente determinavam que “Membros da força policial não devem travar conversas desnecessárias com o público”. Não era à toa que as pessoas consideravam a polícia distante e indiferente a seus problemas.

CULTURAS COMUNITÁRIAS: CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA

Em 1973, fui nomeado chefe de polícia de Kansas, no Missouri, cidade do Meio Oeste de meio milhão de pessoas. A mesma falta de parceria entre a população e a polícia que existia em Nova York assombrava aquela cidade. Por isso, tentamos inúmeras novas abordagens para convencer a comunidade de que os homens e as mulheres do departamento se dedicavam a protegê-los, mesmo pondo em risco a própria vida. O departamento recrutou líderes dos bairros com alta criminalidade para ministrar aulas de conscientização cultural, a fim de ajudar os policiais a entender as nuances das diferentes culturas que moldavam a reação dos cidadãos ao crime e à polícia. Ao mesmo tempo, o departamento começou a colocar policiais de rua e sargentos de distritos para interagirem com os moradores dos bairros, com associações de pais e escolas durante as reuniões comunitárias de proprietários de residências e com



Sandra Escalante, policial de Los Angeles, compartilha momento mais descontraído com seus colegas

inquilinos de apartamentos e outros grupos.

O valor dessas estratégias apareceu rapidamente. Organizações como a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor e a La Raza, representando comunidades afro-americanas e latino-americanas, começaram a colaborar com a polícia em esforços positivos de prevenção de crimes. O contato pessoal entre policiais e aqueles a quem serviam proporcionou informações incalculáveis para a polícia sobre os problemas de criminalidade existentes e as necessidades dos cidadãos. Os policiais logo perceberam que a maioria esmagadora das pessoas os apoiava.

As pessoas queriam mais policiamento melhor, não menos policiamento. Pela primeira vez, as localidades viam os policiais como indivíduos ansiosos em protegê-los e não estranhos indiferentes — forasteiros ocupando seus bairros — que existiam simplesmente para aplicar multas de trânsito ou prendê-los por pequenas infrações.

Após um ano, mais ou menos, os crimes começaram a diminuir. Melhores relações com grupos minoritários tornaram as pessoas mais dispostas a denunciar crimes para a polícia, prestar informações como testemunha e, ao participar de um júri, acreditar no depoimento da polícia. Em 1974, a Newspaper Enterprises indicou o Departamento de Polícia da Cidade de Kansas (KCPD) como o melhor do país. Além da redução da criminalidade, o KCPD começou a obter grande sucesso no recrutamento de mais mulheres, afro-americanos e latino-americanos para a força policial, fato que, por sua vez, reforçou a ideia de uma parceria entre polícia e comunidade.

Em 1976, mudei-me para o Oeste para assumir o cargo de chefe de polícia de San José, Califórnia, agora uma cidade de mais de um milhão de pessoas com a maioria dos habitantes membros de grupos minoritários, abrangendo vasta gama de culturas e idiomas.

Além de introduzir o treinamento de conscientização cultural e programas de alcance social bem-sucedidos na Cidade de Kansas, em San José tivemos de encontrar meios de lidar também com outros desafios e reagir a eles. Mais de 50 mil vietnamitas tinham se mudado quase que da noite para o dia para San José após a queda de Saigon em 1975. Eram cidadãos extraordinariamente bons e respeitadores da lei que foram assimilados com rapidez na comunidade. Os recém-chegados ficaram contentes de gozar das liberdades consideradas normais por nós, e sua cultura sólida e voltada para a família permitiu a entrada rápida nos negócios e a busca de progresso pessoal por meio de educação pública.

Mas, como outros grupos de imigrantes, os vietnamitas também tiveram alguns problemas.

Muitos desses imigrantes respeitáveis tinham sofrido nas mãos da polícia e do governo do país do qual haviam fugido. Vários jovens do sexo masculino bandearam-se para gangues criminosas, rápidas em explorar a relutância de outros imigrantes vietnamitas em confiar na polícia e buscar proteção entre os bandidos. Roubos por invasão de residências e extorsão de comerciantes tornaram-se problemas graves nos bairros vietnamitas.

O Departamento de Polícia de San José começou a se esforçar para travar relações com imigrantes do Vietnã com a finalidade de convencê-los a colaborar com os policiais contra os criminosos. Nossos primeiros esforços foram semelhantes aos que haviam dado resultado na Cidade de Kansas, com aulas de capacitação em conscientização cultural, policiais de rua deixando seus carros-patrolha para visitar estabelecimentos comerciais e grupos de bairros e distribuição de folhetos informativos da polícia sobre prevenção de crimes, tanto no idioma vietnamita quanto em inglês, explicando como e quando chamar a polícia e o funcionamento do sistema de justiça criminal dos EUA. Esforços de alcance social em rádios, televisão e mídia impressa no idioma vietnamita também foram eficazes para informar os recém-chegados sobre como melhorar sua segurança, ao trabalhar com a polícia. O departamento teve sorte em receber grande ajuda do Instituto de Línguas do Departamento de Defesa dos EUA, na vizinha Monterey, que se prontificou a prestar serviços de tradução 24 horas por dia para o idioma vietnamita e outras línguas.

Em poucos anos, esses esforços de alcance social tiveram sucesso a ponto de San José se tornar uma das mais seguras entre as grandes cidades dos Estados Unidos.



Em Ohio, policiais de rua carregam cartões com identificação de idiomas exibindo frases traduzidas para 59 idiomas estrangeiros

CULTURA POLICIAL: DESAFIANDO A MITOLOGIA

Aprender sobre as culturas das comunidades às quais a polícia serve não é suficiente. Os departamentos de polícia também têm culturas que precisam ser examinadas — e às vezes mudadas.

O mito histórico do policiamento é que tiras agressivos e alertas evitam crimes apesar da indiferença ou hostilidade pública. Essa ideia errada se desfaz diante de resultados de pesquisa mostrando que a maioria dos crimes é solucionada e os criminosos são condenados quando pessoas comuns ligam para o 911 em tempo hábil, servem de testemunhas e não têm preconceitos contra o depoimento da polícia ao participarem de júris.

Em resposta aos nossos esforços iniciais em 1977, o sindicato dos policiais emitiu uma reprimenda oficial alegando que “o chefe de polícia havia tentado agradar ao público”. Os policiais também tiveram de ser persuadidos de que programas de alcance social não eram meramente esforços superficiais de relações públicas vindos das centrais de polícia. São, na verdade, uma ferramenta valiosa para que policiais de rua cumpram seu principal dever de proteger a vida e a propriedade. O melhor departamento de polícia é, emprestando as palavras de Abraham Lincoln, “do povo, pelo povo e para o povo”. ■



©AP Images

Policial comunitária de Bensalem, na Pensilvânia, conversa com menina de 8 anos

Ética Policial

James Q. Wilson



© AP Images

Os esforços de recrutamento e as variações demográficas tornaram o Departamento de Polícia da Cidade de Nova York o departamento policial mais internacionalmente diversificado dos Estados Unidos

James Q. Wilson é acadêmico de destaque, sendo atualmente o Distinguished Scholar do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Boston. É autor de Thinking About Crime [Pensando sobre o Crime] (Vintage Books, 1985), Varieties of Police Behavior [Tipos de Conduta Policial] (Harvard University Press, 1978) e Crime and Human Nature [Crime e Natureza Humana] (Simon and Schuster, 1985).

Todas as nações que conheço enfrentam o grande desafio de inculcar padrões éticos em seus policiais. Essa tarefa é mais difícil na atividade policial do que em várias outras profissões porque a polícia atua em condições pouco usuais. Os policiais patrulheiros e os investigadores de polícia lidam com o público sem supervisão direta de superiores administrativos e, portanto, deve-se acreditar que eles se comportam de forma ética por si próprios. Quando ocorre um crime horrendo a população exige que a polícia o resolva “não importa o que tenha de fazer”, e com isso há pressão

para o uso de força desnecessária. Em algumas cidades, autoridades governamentais corruptas pressionam a força policial para que proteja atividades criminosas ou arrecade dinheiro para elas.

Os policiais precisam contar uns com os outros não apenas para realizar seu trabalho compartilhando informações, mas, muitas vezes, para evitar que sejam feridos ou mortos por um suspeito. Para manter boas relações, ficam propensos a adotar o Código de Silêncio ou Cortina Azul. Esses são termos americanos para um acordo informal de não delatar aos seus superiores as falhas éticas que observam. Investigar o mau comportamento de um policial é difícil se todos os policiais adotam o Código de Silêncio.

Um dos problemas é que a ética é um conceito difícil. Não é certo aceitar suborno de traficantes de drogas ou terroristas, mas será também errado aceitar uma refeição

gratuita de um dono de restaurante que quer que você se torne presença constante? Essas questões precisam ser analisadas cuidadosamente.

Todos os grandes departamentos de polícia dos Estados Unidos têm uma Corregedoria de Polícia que recebe reclamações e toma medidas sobre denúncias contra o comportamento de policiais. (Veja Entrevista: Charles Campisi, chefe da Corregedoria do Departamento de Polícia de Nova York.) Em algumas cidades, um conselho de análise composto por civis em vez de policiais analisa as denúncias e assume a tarefa de aplicar os padrões éticos. Entre os policiais, essa ideia é controversa.

Seja qual for o mecanismo posto em prática, a má conduta policial ainda ocorrerá. Embora o Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) tenha um bom histórico, a parte do departamento localizada na área de Ramparts passou por uma grande crise quando uma unidade de combate a gangues de rua atirou em um cidadão desarmado e depois plantou uma arma na vítima para que o policial que o matou pudesse alegar legítima defesa. O próprio LAPD descobriu esse problema, que resultou em ação interposta pelo Departamento de Justiça dos EUA determinando que o LAPD devia avançar em várias metas de integridade.

Não há soluções fáceis no que diz respeito à questão de assegurar a integridade policial. Comissões externas de investigação, corregedorias de polícia e reportagens críticas da imprensa podem ajudar, mas a solução exige recrutamento, treinamento e supervisão dos policiais de modo a aumentar as chances de comportamentos dignos.

Recrutamento: A maioria das pessoas não muda seus padrões éticos à medida que envelhecem. Se foram adolescentes rudes e indisciplinados, provavelmente serão policiais rudes e indisciplinados. Quando aspirantes a policiais são recrutados, os departamentos de polícia devem investir fortemente na avaliação de seu comportamento. É melhor recusar dez



Em cerimônia de formatura de academia de polícia, policial é mostrado em silhueta contra o emblema da academia



Policiais da cidade de Nova York conversam com adolescentes sobre a possibilidade de se tornarem policiais

candidatos para conseguir uma boa perspectiva.

Treinamento: É preciso que haja um foco consistente na escola de treinamento policial sobre a importância da ética. A integridade torna a população mais disposta a aceitar o policial como um protetor em vez de um opressor e dá ao policial a consciência de que está fazendo um trabalho digno do qual pode se orgulhar.

Supervisores: O principal supervisor é o treinador com quem o policial novo começa a trabalhar. Um bom treinador diz aos novos policiais: “A realidade nas ruas exige que vocês mostrem firmeza e honestidade.”

Liderança departamental: Ela deve recompensar os bons policiais e punir os maus, e isso precisa ser feito rotineiramente e não apenas quando um escândalo suscita uma investigação pública. Deixar maus policiais em serviço passa uma mensagem negativa para os bons policiais. ■

Como Promover o Policiamento Ético e Humano

Eugene O'Donnell



© AP Images

Na Filadélfia, policiais prestam homenagem no funeral de um policial morto em serviço em 2008

Eugene O'Donnell, professor de Estudos Policiais da Faculdade John Jay de Justiça Criminal e ex-policial e promotor público da cidade de Nova York, foi um dos instrutores da disciplina de Dignidade Humana pela Faculdade John Jay na Academia Internacional de Aplicação da Lei em Budapeste (Hungria) e Gaborone (Botsuana).

O maior desafio enfrentado pelos departamentos de polícia do mundo inteiro todos os dias é a promoção do policiamento humano e ético, o que coloca o bem comum no centro de tudo o que eles fazem, enquanto protegem escrupulosamente a dignidade de todos, inclusive das pessoas mais menosprezadas. No entanto, com demasiada frequência os departamentos de polícia ignoram a dimensão humana da essência do policiamento, achando mais fácil, especialmente nos últimos tempos, se concentrar em tecnologias e medir o *que* fazem, em vez de *como* fazem.

Diversos departamentos de polícia tentam impor padrões éticos e policiamento eficaz por meio de políticas, proibições e punições. Uma grande deficiência dessa abordagem é o fato de a maioria das ações da polícia jamais ser analisada e, na prática, não ser passível de análise. Embora supervisores externos independentes e níveis de supervisão sejam importantes, a verdadeira transformação ética centrada nas pessoas ocorre somente quando os profissionais da linha de frente da polícia a adotam.

O tratamento que os policiais dão aos outros é influenciado pelo modo como os próprios policiais são tratados. Qualquer conversa digna de crédito sobre respeito aos direitos humanos e conduta ética precisa começar dentro de um departamento de polícia, com discussões francas e o compromisso de tratar os funcionários de modo justo.

A CULTURA POLICIAL

Como grupo, os policiais fazem parte de uma cultura que enfatiza a ação, não a introspecção: os policiais desconfiam da autoanálise, considerando-a ingênua e inútil para seu trabalho no mundo real. Em nosso treinamento policial nacional e internacional, ficamos impressionados com a disposição de policiais de diversos países e culturas de travar conversas francas — às vezes tristes — sobre dignidade humana, especialmente se havia a disposição concomitante de reconhecer a própria luta do policial para ser tratado com respeito.

Mudar atitudes da polícia pode ser bastante desafiador, dado que os departamentos de polícia são operados segundo um modelo militar que exige obediência à autoridade, renúncia da individualidade dos policiais e disposição para exercer poder de coerção contra os outros.

Many police departments have only modest expectations for the ethical conduct of their officers. When police departments do address human rights issues, they often rely on theoretical lectures or bald recitation of lofty principles, with little emphasis on dialogue and the real-world challenges police face in treating people with tolerance and respect.

Ajudar pessoas necessitadas é parte significativa do que a polícia faz, e muitos departamentos de polícia se rebatizaram de “serviços” em vez de “forças”. No mundo inteiro, os policiais sentem impulso de ajudar os outros em seu trabalho e disposição para fazer sacrifícios pessoais, inclusive arriscando seu próprio bem-estar. Essa é uma qualidade admirável que pode servir de ponte para estimular a conduta ética de policiais individualmente e formular normas e práticas éticas para os departamentos de polícia, especialmente quando a discussão da ética está centrada na construção de uma nação melhor e na melhoria das condições de vida dos policiais, de suas famílias e de sua posteridade.

A POLÍCIA E OS MARGINALIZADOS

Na verdade, os padrões éticos e o respeito aos direitos humanos se desenvolvem e são moldados pela época e pelo lugar; em muitos lugares há grupos proscritos contra os quais a discriminação é considerada defensável. A diminuição da humanidade dos outros pode ser um desafio cotidiano para policiais que



Os departamentos de polícia são operados segundo modelo militar

© AP Images



Policial da cidade de Oklahoma conforta colega no funeral de outro policial

© Getty Images

trabalham em comunidades marginalizadas. Por ironia, os pesquisadores acreditam que a falta de autoestima e um sentimento de impotência por parte da polícia pode ser um fator agravante que contribui para violência, abusos e corrupção injustificados. Provavelmente, o desencadeamento mais comum da violência e do abuso policial no mundo inteiro envolve policiais que depreciam seu próprio valor interagindo com membros de grupos minoritários, portadores de deficiência, embriagados ou outros indivíduos marginalizados considerados pouco “respeitosos” com a polícia.

Centrar um departamento de polícia em princípios de dignidade humana não substitui métodos tradicionais



Policial do Arkansas carrega para uma ambulância bebê resgatado de incêndio

o sistema esteja totalmente mudado, não preciso me concentrar em minhas próprias responsabilidades éticas.” Outra vez, os policiais precisam ser persuadidos de que podem dar testemunho sobre o que é certo.

POLICIAMENTO ÉTICO NÃO É INATINGÍVEL

A frustração a respeito do ritmo lento das mudanças não deve levar ninguém a acreditar que a melhoria positiva ética e humanista está fora do alcance. De fato, nas últimas décadas, os departamentos de polícia de qualquer tamanho, em qualquer continente, atraíram apoio público reduzindo casos de corrupção

e criativos de erradicação da corrupção e da conduta desumana. Os departamentos de polícia precisam estar comprometidos com a triagem, a capacitação, a supervisão, a disciplina e a detecção proativa da conduta inadequada de policiais. Os departamentos precisam se esforçar para convencer os policiais de que são depositários da confiança pública e de que o serviço público, em última análise, é um autosserviço: a traição à confiança pública denigre os policiais infratores, os colegas e todos os que eles prezam.

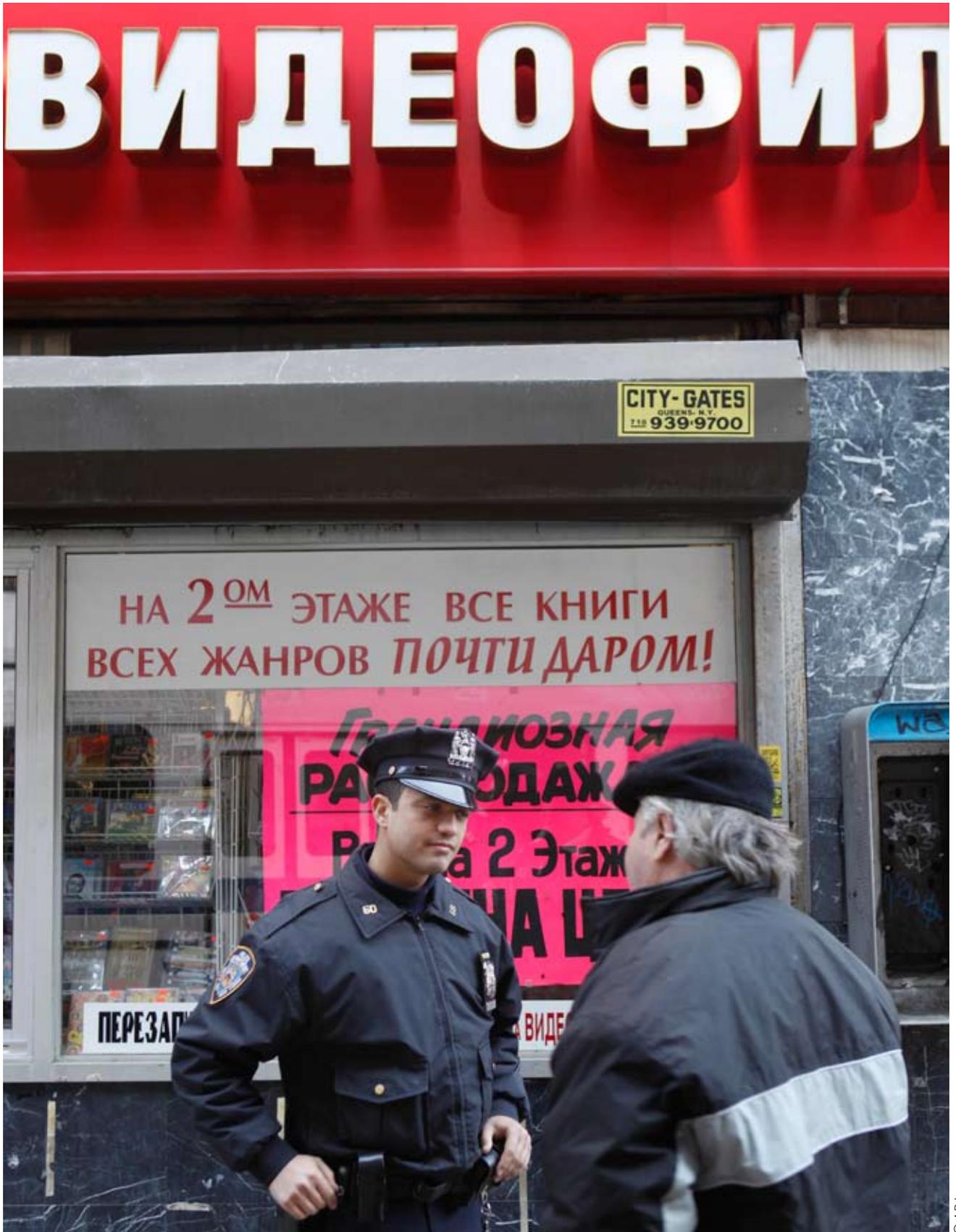
A polícia é influenciada e refreada pelos mais amplos padrões éticos e expectativas da sociedade. É importante ser realista com relação aos limites de uma abordagem de policiamento centrada na dignidade humana, especialmente onde o policiamento pela força bruta está institucionalizado, ou em culturas onde presentes, subornos e favoritismo são a norma, ou ainda onde os rendimentos provenientes da corrupção engordam os baixos salários dos policiais. Nesses lugares, talvez o melhor que se possa esperar seja que um policiamento consciencioso reinará mesmo nos piores excessos.

Já treinamos policiais que manifestaram desespero com relação à possibilidade de mudança ética e que acreditavam que seu país não estava preparado ou era incapaz de progresso positivo por natureza. Isso fornece aos policiais uma fundamentação conveniente para evitar o engajamento ético pessoal: “Uma vez que nenhuma melhoria significativa pode acontecer até que

e de conduta violadora dos direitos universais do homem e aumentando medidas internas e externas de responsabilização. Porém os chefes dos departamentos de polícia de qualquer lugar não dão seu trabalho por encerrado, não importa quanto progresso realizaram.

A polícia é o pilar mais visível de uma sociedade decente e harmoniosa. Quando age com previsibilidade, moderação e fidelidade ao Estado de Direito, as pessoas comuns passam a ter fé em seu governo. Quando a pessoa mais carente do bairro mais pobre recebe o mesmo tratamento que o rico que mora no melhor bairro, a sociedade civil é fortalecida e a polícia é enobrecida. Às vezes pode parecer que não houve progressos, mas mesmo nos lugares com mais problemas há ocasiões em que o Estado de Direito vence, como quando um policial é morto e outros policiais escoltam o infrator até um tribunal, em vez de dar-lhe uma punição sumária.

Sem dúvida, algumas pessoas protestarão que o policiamento centrado na dignidade humana é uma solução simplista para um conjunto complexo e muitas vezes singular de desafios à polícia. Porém, como a instituição pública mais visível encarregada de manter a justiça, em suas tarefas comuns, a polícia tem o poder de ser responsável pela dignidade pessoal e pelo tratamento imparcial — figuras verdadeiramente heróicas por seu próprio mérito. ■



© AP Images

Policial do NYPD fala em russo com cidadão em enclave russo da cidade

Combate à Corrupção Policial: Entrevista com Charles Campisi



Cortesia: Departamento de Polícia de Nova York

O chefe de polícia Charles V. Campisi

O chefe de polícia Charles V. Campisi dirige a Corregedoria do Departamento de Polícia da Cidade de Nova York.

eJournal USA: Pode nos falar sobre a Corregedoria do Departamento de Polícia da Cidade de Nova York?

CHEFE CAMPISI: Nossa missão é “Exercer um controle eficaz da corrupção por meio da análise de alegações e tendências e de investigações abrangentes destinadas a assegurar os mais elevados padrões de integridade”.

eJournal USA: Qual o tamanho da sua corregedoria? E qual é o tamanho do Departamento de Polícia da Cidade de Nova York (NYPD)?

CHEFE CAMPISI: O Departamento de Polícia da Cidade de Nova York tem mais de 52 mil membros. Quase 35 mil desses 52 mil são policiais qualificados, que prestaram juramento. Atualmente temos 655 pessoas pertencentes à Corregedoria (IAB) e somos responsáveis por cada um dos membros do Departamento de Polícia da Cidade de Nova York independentemente de serem uniformizados — policiais qualificados — ou civis. E isso inclui a conduta no serviço e fora dele.

Temos um centro de comando que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, fins de semana e feriados. Nunca fechamos. Aceitamos toda e qualquer reclamação dos cidadãos. Além de sermos reativos, desenvolvemos uma filosofia extremamente proativa com relação à prevenção da corrupção. Acredito que nossa abordagem proativa para controle da corrupção e investigações é o que realmente nos diferencia.

eJournal USA: Quais são suas formas de ser proativo?

CHEFE CAMPISI: Temos várias formas de ser proativo. Temos três tipos de teste de drogas para prevenir o seu uso entre nossos membros: nível de entrada, aleatório e quando um supervisor tem uma suspeita razoável de uso de drogas.

Se um membro se recusar a fazer um desses testes, consideramos que ele não passou no teste. A penalidade prevista para quem não passar por um desses testes é a exoneração. Não oferecemos aconselhamento, reabilitação e não há segunda chance para drogas ilegais. Quem não passa no teste ou se recusa a fazê-lo está fora do serviço.

Realizamos testes de integridade, que têm sido basicamente criados e desenvolvidos por nós. O teste de integridade é uma situação artificial projetada pelo IAB para simular uma situação que um policial pode encontrar ao fazer ronda. Fazemos dois tipos de teste: direcionado e aleatório. Fazemos testes direcionados de integridade quando acreditamos que um policial ou um grupo de policiais estão envolvidos em algum grave desvio de conduta ou em corrupção. Montamos um cenário que nos permitirá reproduzir o que achamos que os policiais estão



Cortesia: Departamento de Polícia de Nova York

Patrulha de barco do Departamento de Polícia de Nova York



O investigador de polícia Ahmed Nasser, à direita, a ligação muçulmana do NYPD, encontra conhecido muçulmano do bairro enquanto faz visitas de cortesia a estabelecimentos árabes



Policial da cidade de Nova York em serviço

fazendo.

Eles têm total liberdade para agir de acordo com a lei e segundo as nossas diretrizes, mas também dispõem de liberdade absoluta para agir por conta própria. São absolutamente livres para decidir o que quiserem.

Avaliamos cada comando policial da cidade, sete dias por semana. Testamos os policiais com regularidade. Não revelamos o número exato de testes de integridade realizados porque queremos manter a confidencialidade e criar a impressão de onipresença. Queremos que todos os membros do departamento questionem se a situação é uma missão de rotina ou um possível teste de integridade. Não discutimos os cenários usados em nossos testes de integridade porque também queremos que permaneçam confidenciais.

Também somos proativos em nossos programas de interrogatório de presos. Nossos 19 grupos de investigação vão para a central de registros e perguntam aos presos sobre armas e drogas e as pessoas que cometem crimes, mas também fazemos perguntas sobre policiais que podem ser corruptos ou que possam estar incorrendo em má conduta.

O IAB também criou um programa de fiscalização como parte da nossa abordagem proativa para controle da corrupção. Os investigadores do IAB escolhem como alvos aqueles delitos tradicionalmente associados à corrupção. Concentramos nossos esforços nas áreas onde achamos que há pontos de drogas, ou áreas onde as prostitutas podem frequentar, ou onde traficantes podem agir, ou onde há suspeita de jogo ilegal.

Se existirem alegações de que policiais podem estar envolvidos em alguma forma de má conduta em certas áreas da cidade, faremos um perfil estatístico daquela área. No caso de um prédio de apartamentos para muitas famílias, verificaremos se as pessoas dessas moradias receberam mandados de prisão por uma série de delitos.

Em seguida os investigadores do IAB partirão para a execução dos mandados de prisão na esperança de coletar informações de inteligência e usar essas pessoas, se possível, como nossos agentes em um teste de integridade.

Uma das coisas que gostaria de dizer é que quando realizamos esse tipo de operação, algumas vezes o melhor agente secreto é alguém envolvido em conduta ilegal.

Trabalhamos em estreito contato com os promotores locais, quer sejam promotores estaduais ou federais, para chegar a transações penais com colaboradores dispostos a trabalhar conosco em uma de nossas operações de integridade, para ajudar a construir processos contra policiais corruptos ou policiais que estão incorrendo em grave desvio de conduta. ■

Modelo para Redução do Crime em Mixco, Guatemala

Dina Fernandez Garcia



© AP Images

Garoto brincando com bola passa por soldado montando guarda em El Milagro, bairro assolado pelo crime, em Mixco, Guatemala

Dina Fernandez Garcia é antropóloga e jornalista do El Periodico, publicação guatemalteca, e ex-colunista do Prensa Libre. Formou-se em jornalismo pela Universidade de Colúmbia em Nova York e foi bolsista do programa Nieman na Universidade de Harvard.

Uma mulher de pequena estatura com cabelo curto e pontiagudo sobressaía no meio da quadra de basquetebol. “Gostaria de agradecer à embaixada americana por ajudar nossas crianças aqui”, disse Ana Luisa Roca, uma das 15 mães reunidas em uma escola pública em Mixco, bairro afastado e pobre, assolado pela violência, na Cidade da Guatemala.

Aquelas palavras soaram como música aos ouvidos

de Samuel Rivera, o policial porto-riquenho que lidera o programa Distrito-Modelo patrocinado pelos EUA. Por meio do programa, um distrito policial em uma das partes da cidade mais atingidas pelo crime está sendo contemplado por Rivera e seus colegas da Seção de Assuntos de Narcóticos da Embaixada dos EUA na Guatemala com equipamentos básicos, programas de recrutamento e treinamento de policiais e consequente diminuição dos índices de criminalidade.

Desde que o Distrito-Modelo foi criado há um ano, o índice de homicídios diminuiu 11% na sua jurisdição e os crimes, de modo geral, diminuíram 23%. “Estou muito feliz”, disse o prefeito, Amilcar Rivera, cuja participação nesse programa atraiu atenção nacional.



© AP Images

Crianças passam por soldados e policial em patrulha no castigado bairro de El Milagro, em Mixco, Guatemala



© AP Images

O secretário de Estado adjunto dos EUA, William Brownfield, em Mixco, em 7 de fevereiro de 2011: "Vamos analisar a possibilidade de criar mais delegacias-modelo na Guatemala"

A participação do prefeito tem sido fundamental. O compromisso de seu governo com a iluminação pública reduz o número de lugares escuros à noite propícios a esconderijos de criminosos. Com a ajuda de empresários locais, autoridades da cidade também instalaram 27 câmeras de segurança para coibir crimes e estão prontas a acrescentar mais 30.

Os vizinhos podem sentir a diferença. As atividades das gangues tiveram uma redução drástica desde o ano passado no mercado El Milagro.

"Finalmente, a polícia está fazendo alguma coisa", disse Hilman Ortiz, presidente da comissão de vendedores do mercado.

Ganhar a confiança dos cidadãos talvez seja o desafio mais difícil.

"Queremos que essas ruas sejam seguras e você pode nos ajudar", reitera Samuel Rivera na reunião da escola pública enquanto entrega camisetas, aventais e bolsas divulgando o número de telefone da delegacia que as pessoas podem ligar para relatar qualquer tipo de transgressão, desde violência doméstica a tráfico de drogas. "E se qualquer policial se comportar mal, vocês me avisem", insiste Samuel Rivera.

Os policiais que organizaram a reunião de pais acharam graça, mas sabem que Rivera leva realmente a sério o problema da corrupção. Somente policiais que

passam no teste do polígrafo com foco em comportamento ético podem trabalhar no Distrito-Modelo e são avaliados pela Embaixada dos EUA a cada seis meses. Recentemente, Samuel Rivera pediu a substituição de 300 dos 750 policiais recém-contratados e alocados em Mixco.

O programa Distrito-Modelo investe a maior parte de suas verbas em treinamento: todo policial deve fazer um curso de 1.500 horas. Há pouco tempo, Samuel Rivera descobriu que os melhores professores são aposentados que tiveram de resolver casos há 30 ou 40 anos sem nenhuma

tecnologia, do mesmo modo que a polícia guatemalteca faz hoje em dia. "Funciona perfeitamente", afirmou Rivera, "porque eles podem ensiná-los como desempenhar o trabalho policial com as mãos vazias".

O prefeito Amilcar Rivera, que está concorrendo à reeleição, sabe que o combate ao crime será um importante tópico da campanha, talvez o mais importante.

"Sei que há muito trabalho a ser feito para que o programa Distrito-Modelo possa realmente dar os resultados que a comunidade merece", afirmou o prefeito. Para isso, ele precisa fortalecer a colaboração institucional e atrair para o programa aliados mais poderosos do governo central. Se conseguir, há a possibilidade de que outros prefeitos e autoridades políticas prestem atenção ao programa. ■

"E se qualquer policial se comportar mal, vocês me avisem", reiterou Rivera

Academia Internacional de Aplicação da Lei (ILEA) em Gaborone

Ephraim Thuso Keoreng



Godfrey C Mpose

O prédio da Academia Internacional de Aplicação da Lei (ILEA) em Gaborone, Botswana

Ephraim Thuso Keoreng é jornalista em Gaborone, Botsuana.

Amal Ali Salman, formada pela Academia Internacional de Aplicação da Lei (ILEA) em Gaborone, Botsuana, descreveu o programa da ILEA: “Foi um bom curso de capacitação. Aprendemos sobre investigações, terrorismo, armas pequenas e leves, explosivos, lavagem de dinheiro e outros temas. Mas o treinamento que mais me marcou foi o de liderança.”

Amal Salman, promotora pública em Djibuti, integrou um grupo de 36 agentes da lei de nível médio de Botsuana e de outros países africanos que participaram de um Programa de Desenvolvimento Executivo de Aplicação da Lei (Leed), com duração de seis semanas, na ILEA em Gaborone.

Em entrevista depois da formatura, Amal Salman disse que os participantes discutiram fraude, terrorismo e lavagem de dinheiro em nível teórico e depois realizaram exercícios práticos, para testar como poderiam responder a situações da vida real.

Djibuti, que fica entre a Somália e a Etiópia, tem vários desafios de segurança, que vão de ameaças terroristas a atividades piratas na Somália, além de um problema de contrabando de imigrantes ilegais da Etiópia. Alguns criminosos utilizam Djibuti como rota para contrabando de imigrantes em situação ilegal com destino ao Oriente Médio.

Sidiki Kourouma, da Guiné, disse que o treinamento deu a ele oportunidade de compartilhar desafios e realizações com outros agentes da lei de alto nível da África. Também foram importantes para ele as sessões



O oficial Sidiki Kourouma, da Guiné, recebe o diploma do diretor do programa da ILEA, James Smith



Amal Ali Salman, promotora de Djibuti e graduada do Programa de Desenvolvimento de Aplicação da Lei em Gaborone, recebe seu diploma

sobre fraude financeira e direitos humanos. Ele explicou que como policial é preciso reconhecer que todos os seres humanos, inclusive os criminosos, têm direitos que precisam ser respeitados. Acrescentou que seu país tem sido castigado pelo tráfico de drogas, como os países latino-americanos.

“Agora esse treinamento reforçará nossa capacidade de combater o tráfico de drogas com eficácia”, disse.

O diretor do programa da ILEA, James Smith, disse que foi bom trabalhar com a turma, acrescentando que na primeira semana do curso de capacitação de seis semanas eles se concentraram no policiamento comunitário e na dignidade humana.

“A dignidade humana é algo importante, e a polícia deve saber que as pessoas e os policiais têm direitos que precisam ser respeitados. Tivemos pessoal de segurança diplomática e instrutores do Bureau Federal de

Investigação (FBI) ensinando sobre investigações da cena do crime e outros temas”, disse.

O treinamento também incluiu uma sessão em que a equipe de cada país fez apresentações sobre os desafios enfrentados e os métodos que usam para lidar com esses desafios.

“Depois a turma, com base nas diversas experiências, discutiu como cada equipe pode lidar com seus problemas”, acrescentou.

O programa da ILEA oferece um curso de capacitação em LEED, quatro vezes por ano, com duração de seis semanas, para agentes da lei de alto nível da África. A ILEA Gaborone oferece cursos sobre contraterrorismo, investigações criminais, acompanhamento de casos, combate ao crime organizado, tratamento de provas e outros aspectos da aplicação da lei.

O diretor James Smith afirmou que a ILEA atualizou o programa. Desde 2011, o treinamento inclui crimes eletrônicos, crimes sexuais, investigações após explosões e investigações de violência sexual e de gênero. ■

Sobre as ILEAs

As Academias Internacionais de Aplicação da Lei (ILEAs) treinam policiais para a manutenção da ordem social e ao mesmo tempo respeitam e defendem os direitos civis e humanos. A iniciativa da ILEA é um esforço multinacional organizado pelos Estados Unidos e 85 países da África, Ásia, Europa e América Latina.

Academia Internacional de Aplicação da Lei na Tailândia

Varin Sachdev



Cortesia: Pornchai Jatuponwongchai

O general de divisão da Polícia Real Tailandesa, Chakthip Chaijinda, comissário da Polícia Metropolitana, na ILEA em Bangcoc

A Academia Internacional de Aplicação da Lei (ILEA) em Bangcoc apoia o desenvolvimento da instituição de justiça criminal na Ásia, enfatiza o Estado de Direito e procura fortalecer parcerias e a cooperação entre as comunidades de aplicação da lei asiáticas. A ILEA capacita autoridades responsáveis pela aplicação da lei para lidar com tráfico de drogas, terrorismo e outros crimes transnacionais.

Em dezembro de 2010, o jornalista tailandês Varin Sachdev entrevistou o general de divisão da Polícia Real Tailandesa, comissário da Polícia Metropolitana Chakthip Chaijinda, sobre seu treinamento na ILEA. Ele também conversou com o diretor do programa da ILEA, Alfred S. Czernski Jr., e com o instrutor da ILEA Kevin Blair, da Agência Americana de Combate às Drogas.

Quais são suas responsabilidades no momento?

Sou comissário do Bureau da Polícia Metropolitana, cargo mais alto do bureau. Terrorismo e atentados à bomba são os maiores desafios que acompanham o cargo. Tenho certeza de que vocês ouviram falar bastante sobre os atentados à bomba em Bangcoc recentemente, que causaram danos e a morte de pessoas inocentes. Não conseguimos descobrir com antecedência onde e quando as explosões seriam deflagradas. Os casos de atentados à bomba são os mais difíceis e desafiadores de serem resolvidos, mas estamos fazendo progressos. Instalamos televisão de circuito fechado, por exemplo. Como comissário do Bureau da Polícia Metropolitana de

Bangcoc, participo da investigação de todos os incidentes de atentados à bomba.

Que curso o senhor fez na ILEA?

Fiz o curso de “Pós-Explosões” com 20 alunos na sala de aula; a maioria dos alunos era formada por policiais de outros países. A ILEA oferece uma variedade de cursos, mas eu estava completamente empenhado em fazer esse porque o terrorismo afeta nossa vida diária, especialmente os ataques suicidas à bomba ou atentados à bomba com temporizador, como são conhecidos no Oriente Médio.

Frequentei o curso de “Pós-Explosões” em 2003 e desde então o recomendo a meus colegas e subordinados.

Qual a duração do curso?

Duas semanas. Há palestras e estudos de campo bastante intensivos. Gostei do curso porque apresentou novidades e desafios. Posso aplicar os conhecimentos no Bureau da Polícia Metropolitana. Após concluir o curso, fui enviado a uma base no sul onde os atentados à bomba eram frequentes e eles tinham mais experiência em aplicar o conteúdo das aulas em situações da vida real.

Os instrutores da ILEA são ótimos.

Quais eram suas expectativas antes e depois de fazer o curso?

Entrei sem nenhum conhecimento sobre atentados à bomba ou sem nenhuma experiência em pós-explosões. Há várias técnicas usadas pelos terroristas, e eles as mudam o tempo todo, desafiando as autoridades com novos truques, tentando escapar da aplicação da lei. Os instrutores ensinam todas as técnicas para você se proteger.

Alguma sugestão para aqueles que estão pensando em fazer cursos na ILEA?

Realmente sugiro que façam o curso de “Pós-Explosões” e que, se o orçamento permitir, aumentem o número de alunos, porque os terroristas vieram para ficar. Segurança máxima é o único modo de garantirmos proteção. ■

Em Suas Próprias Palavras

Kevin Blair
Chefe de unidade

Escritório de Capacitação Internacional da DEA



O instrutor da ILEA Kevin Blair

Cortesia: Pornchai Jatuponwongchai

As drogas são um problema no mundo todo, portanto, esta região não é diferente das outras. Os participantes do curso reconhecem os problemas relacionados com drogas em seus países. Estão procurando mais opções para que possam desempenhar melhor seu trabalho. E estamos procurando opções para ver como também podemos ajudá-los a desempenhar seu trabalho melhor

Alfred S. Czerski Jr.
Diretor do programa

Academia Internacional de Aplicação da Lei



O administrador da ILEA, Alfred S. Czerski Jr.

Cortesia: Pornchai Jatuponwongchai

É muito especial ter participantes de todos esses diferentes países juntos, tentando construir relacionamentos e, ao mesmo tempo, compartilhar o conhecimento mutuamente. Provavelmente essa é a maneira mais eficaz de se construir relacionamentos

Policiando a Polícia

Cidadãos estimulam o policiamento ético

Samuel Walker e Andrea Lorenz



No evento público *National Night Out* em Austin, Texas, policiais cumprimentam cidadãos

Samuel Walker é professor emérito de Justiça Criminal da Universidade de Nebraska, em Omaha, e autor de vários relatórios e artigos sobre prestação de contas da polícia, fiscalização da polícia por cidadãos e outros aspectos da política de justiça criminal. Dois dos seus livros publicados são The New World of Police Accountability [O Mundo Novo da Prestação de Contas da Polícia] e Police Accountability: The Role of Citizen Oversight [Prestação de Contas da Polícia: O Papel da Fiscalização por Cidadãos].

Andrea Lorenz é jornalista e mora em Austin, no Texas.

Pessoas do mundo todo reconhecem o nome Rodney King. Embora o incidente gravado em videotape no qual agentes do Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) agredem King tenha ocorrido em 1991, seu nome ainda remete a má conduta policial.

O que poucos sabem, contudo, é que o trágico incidente envolvendo King levou a Delegacia de Polícia de Los Angeles (LASD) a criar o que muitos especialistas reconhecem como a forma mais eficaz existente de fiscalização da polícia por cidadãos. Na verdade, a maneira como o Conselho de Supervisores e a Delegacia de Polícia do Condado de Los Angeles responderam ao incidente Rodney King mostra que as agências de aplicação da lei e os órgãos do governo aos quais estão subordinadas podem aprender com os incidentes de má conduta policial e adotar medidas para corrigir as políticas e as práticas que permitem a ocorrência de má conduta.

RESPOSTA POSITIVA A UM INCIDENTE NEGATIVO

Depois do incidente Rodney King, o Conselho de Supervisores e a Delegacia de Polícia do Condado de Los Angeles realizaram uma análise da delegacia para examinar detalhadamente várias questões, entre elas, policiais envolvidos



Garota de 10 anos de idade tem as impressões digitais tiradas como parte de campanha de prevenção ao crime e conscientização da segurança no Texas

em tiroteios, uso de força física, policiais com problemas, treinamento de policiais, a cultura interna da delegacia e a necessidade de maior prestação de contas à população. O relatório resultante recomendou a criação de um processo permanente de fiscalização por cidadãos para aprimorar a prestação de contas, inclusive um órgão independente para monitorar a delegacia de polícia. Em 1993, a Delegacia de Polícia de Los Angeles criou um Conselho Especial formado por uma equipe em tempo integral, marcando o nascimento do “modelo de auditor” de fiscalização por cidadãos, um dos dois tipos de programas de fiscalização por cidadãos existentes nos Estados Unidos. (O outro modelo em geral envolve um conselho de análise voluntário e de tempo parcial formado por cidadãos com foco em reclamações específicas.)

O Conselho Especial consiste em uma equipe de especialistas com plena autoridade para auditar e monitorar qualquer aspecto das operações da delegacia de polícia. O Conselho Especial, que existe até hoje, emitiu 29 relatórios públicos semestrais que tratam das questões mais críticas referentes à prestação de contas da polícia: uso da força, processos contra a delegacia, questões relacionadas com pessoal, administração dos postos policiais do distrito e inúmeras outras questões. O monitoramento e a apresentação regular de relatórios por parte do Conselho Especial sobre processos civis contra a delegacia de polícia reduziu o número de processos contra a delegacia e a quantidade de acordos monetários pagos aos reclamantes.

Em muitos casos, as recomendações do Conselho Especial levaram a mudanças na política da delegacia, resultando em policiamento mais ético e humano. Por exemplo, em 1993 o Conselho Especial fiscalizou a unidade canina da delegacia e descobriu que suas políticas não eram compatíveis com as melhores práticas adotadas — os cães da delegacia de polícia

eram treinados para morder quando farejavam um suspeito, em vez de latir. As recomendações do Conselho Especial resultaram em uma mudança na política, reduzindo em 90% o número de pessoas mordidas pelos cães da delegacia de polícia.

Cinco anos depois, o Conselho Especial investigou a problemática delegacia Century, braço da Delegacia de Polícia de Los Angeles localizado em uma área de alta criminalidade da cidade, devido ao grande número de policiais envolvidos em tiroteios. Foi descoberto que uma série de más práticas administrativas estava na raiz do problema. Após correção das práticas de acordo com as recomendações do Conselho Especial para aumentar o nível de supervisão e reduzir o número de agentes principiantes na delegacia, o número de ocorrências com tiros caiu significativamente.

No condado de Los Angeles, o Conselho Especial também promoveu uma cultura de transparência e prestação de contas dentro da própria delegacia. Como resultado, o delegado criou o Escritório de Análise Independente em 2011, como um escritório adicional interno de prestação de contas que complementou os esforços do Conselho Especial, dobrando a magnitude da prestação pública de contas e a transparência.

CORREÇÃO DAS CAUSAS DE MÁ CONDUTA

O modelo de auditor provou ser uma das formas mais eficazes de fiscalização por cidadãos. Em Los Angeles, como em outros lugares, há atualmente mais de cem programas que adotam a fiscalização da polícia por cidadãos.

As realizações do Conselho Especial confirmam o fato de muitos especialistas julgarem o modelo de auditor de fiscalização por cidadãos superior ao tradicional modelo de conselho de análise civil. Conselhos de análise investigam reclamações individuais. Essa abordagem tem como foco os sintomas e ignora as causas da má conduta policial. O modelo de auditor enfoca as causas, que geralmente são ocasionadas por falhas administrativas na implantação de boas políticas e procedimentos para controlar a conduta dos policiais. A esse respeito, o modelo de auditor tem um papel preventivo importante e ajuda a melhorar a delegacia como um todo.

Ao concentrar-se nas causas da má conduta policial em vez de apenas nos problemas resultantes de más políticas e práticas, o modelo de auditor de fiscalização da polícia tem papel preventivo importante e ajuda a melhorar as delegacias policiais como um todo. Graças ao exemplo dado pelo Conselho Especial de Los Angeles, outras jurisdições americanas que criaram modelos de auditor de fiscalização incluem o Escritório de Prestação de Contas Profissional de Seattle, o Monitor Independente de Denver e o escritório de Análise Independente da Polícia de Portland (Oregon). ■

Recursos Adicionais

Publicações e sites sobre Policiamento Ético e Eficaz

LIVROS E ARTIGOS

Baker, Al e Jo Craven McGinty. “NYPD Confidential” [“Departamento de Polícia de Nova York – Confidencial”]. *New York Times* (26 de março de 2010). <http://www.nytimes.com/2010/03/28/nyregion/28iab.html>

Bayley, David H. *Changing the guard: developing democratic police abroad [Como Mudar o Policiamento: Desenvolvendo uma Polícia Democrática no Exterior]*. Nova York, Nova York: Oxford University Press, 2006.

Colaprete, Frank A. *Internal Investigations: A Practitioner's Approach [Investigações Internas: Abordagem de um Especialista]*. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas, 2007.

Gottschalk, Petter. *Police management: professional integrity in policing [Administração da Polícia: Integridade Profissional no Policiamento]*. Hauppauge, Nova York: Nova Science Publishers, 2010.

Ikerd, Trent e Samuel Walker. *Making Police Reforms Endure: The Keys for Success [Como Fazer as Reformas na Polícia Durarem: Chaves para o Sucesso]*. Washington, DC: Departamento de Justiça, 2010. http://www.cops.usdoj.gov/files/RIC/Publications/e04106264_policereforms_fin.pdf

International Police Training Journal (Interpol) <http://www.interpol.int/Public/ICPO/corefunctions/Ejournal.asp>

Lynch, Gerald W. *Human Dignity and the Police: Ethics and Integrity in Police Work [Dignidade Humana e Polícia: Ética e Integridade no Trabalho Policial]*. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas, 1999.

Newburn, Tim, org. *Policing: Key Readings [Policiamento: Leituras Fundamentais]*. Portland, Oregon: Willan Publishing, 2005.

Prenzler, Tim. *Police corruption: preventing misconduct and maintaining integrity [Corrupção Policial: Como Evitar a Má Conduta e Manter a Integridade]*. Boca Raton, Flórida: CRC Press, 2009.

Punch, Maurice. *Police Corruption: Deviance, Accountability and Reform in Policing [Corrupção Policial: Desvio, Prestação de Contas e Reforma no Policiamento]*. Portland, Oregon: Willan Publishing, 2009.

Wexler, Chuck. *“Good to Great” Policing: Application of Business Management Principles in the Public Sector [Policiamento de “Bom para Ótimo”: Aplicação dos Princípios da Administração de Empresas no Setor Público]*. Washington, DC: Fórum de Pesquisa de Executivos da Polícia, 2007. http://www.cops.usdoj.gov/files/ric/Publications/good_to_great.pdf

SITES

Altus Aliança Global: Bibliografia sobre Policiamento Democrático

Supervisão Civil e Prestação de Contas da Polícia http://www.altus.org/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=64&lang=en#

Avaliação do Policiamento Comunitário http://www.altus.org/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=64&lang=en#

COPS: Serviços de Policiamento Voltado para a Comunidade, Departamento de Justiça dos EUA. Centro de Recursos de Informação.

<http://www.cops.usdoj.gov/RIC/ResourceSearch.aspx>

Este site tem relatórios atuais sobre tópicos de policiamento comunitário.

Academias Internacionais de Aplicação da Lei (ILEAs)

<http://www.fletc.gov/training/programs/international-training-and-technical-assistance-itt/international-law-enforcement-academies>

ILEA Bangcoc <http://www.ileabangkok.com/>

ILEA Gaborone <http://www.ileagaborone.co.bw/>

Associação Nacional de Supervisão Civil da Aplicação da Lei (Nacole)

<http://www.nacole.org/resources>

Este site traz uma relação nacional e internacional de organizações de supervisão e prestação de contas da polícia.

Serviço Nacional de Referência de Justiça Criminal

<http://www.ncjrs.gov/>

O NCJRS abriga uma das maiores bibliotecas e bases de dados sobre justiça criminal e da infância e juventude do mundo, a NCJRS Abstracts Database. A coleção, com títulos que datam desde o início da década de 1970 até o presente, contém mais de 205 mil publicações, relatórios, artigos e produtos audiovisuais dos Estados Unidos e de todo o mundo. Esses recursos incluem estatísticas, resultados de pesquisa, descrições de programas, transcrições de audiências do Congresso e materiais de treinamento.

Fórum de Pesquisa de Executivos da Polícia, Questões Cruciais

<http://www.policeforum.org/critical-issues-series/>

Pesquisas atuais sobre as questões mais difíceis e importantes enfrentadas pelos departamentos de polícia.

agora no facebook



ENGAJANDO O MUNDO



REVISTA MENSAL OFERECIDA
EM DIVERSOS IDIOMAS

<http://america.gov/publications/ejournalusa.html>

Departamento de Estado dos EUA, Bureau de Programas de Informações Internacionais